Lei Ordinária nº 710 de 06 de novembro de 2018.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS

Faço saber que a ***CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS*** DECRETA e eu **PROMULGO** a seguinte Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
IV– disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
V – equilíbrio entre receitas e despesas;
VI – critérios e formas de limitação de empenho;
VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XI – definição de critérios para início de novos projetos;
XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
XIII – incentivo à participação popular;
XIV – as disposições gerais.

Seção I
Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 serão fixadas de acordo com os programas e ações que serão estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2018–2021, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1º - O projeto de lei orçamentária para 2019 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§2º - O projeto de lei orçamentária para 2019 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

Seção II
Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias.

Art. 6º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;
II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
III – quadros orçamentários consolidados;
IV – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5° da Lei Complementar n° 101/2000.

Parágrafo único - Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2°, inciso IV da Lei Complementar n° 101/2000;
II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao art. 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n° 53/2006 e respectiva Lei n° 11.494/2007;
IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional n° 29/2000;
V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 7° - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2019, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2018, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único - O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento ou diminuição da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser perseguidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único - As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Setor de Planejamento do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas

orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º - O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Setor de Planejamento do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11 - A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§1º - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§2º - Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II
Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12 - A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º - Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§2º - O Município, através de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13 - Na lei orçamentária para o exercício de 2019, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14 - A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15 - A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III
Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16 - A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no mínimo, 2,0% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2019, destinada a atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III
Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I
Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2019 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

§3° - O reajuste geral anual dos servidores públicos deverá ser concedido sempre no mês de maio de cada Exercício Financeiro.

Subseção II
Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18 - Se durante o exercício de 2018 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar n° 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência da Chefe do Poder Executivo e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV
Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19 - A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
IX – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 21 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§1º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2019.

§2º - No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no *caput*, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Seção V
Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2019 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24 - Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2019 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2019 a 2020 demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:
a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:
a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI
Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2019, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§1º - Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
II – as despesas com benefícios previdenciários;
III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
IV – as despesas com PASEP;
V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§2° - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§3° - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§4° - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII
Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§1° - A lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado Apoio Administrativo ou de finalidade semelhante.

§2° - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§3° - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII
Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2019 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33 - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 29 a 32 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§1º - Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35 - É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único - As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36 - A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX
Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37 - É permitida a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X
Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 38 - O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts.13º e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº101/2000.

§2º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019;

§3º - A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI
Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2018.

Seção XII
Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII
Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41 - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2019, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42 - Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV
Das Disposições Gerais

Art. 43 - O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de

órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3°, desta Lei.

§1° - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de autorização legislativa, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§2° - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante autorização legislativa.

§3° - O Chefe do Poder Executivo encaminhará com a devida exposição de justificativa a metodologia de cálculo demonstrando a real necessidade do efetivo reforço ou anulação, demonstrando os programas e projetos que serão envolvidos.

Art. 43-A – O Poder Legislativo fica autorizado a abrir créditos suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias através de remanejamentos, dentro de suas respectivas unidades orçamentárias, através de ato próprio, de iniciativa da Mesa Diretora, para o Exercício Financeiro do Orçamento Anual - 2019.

§1° – O limite autorizado no caput não será onerado quando o crédito se destinar a suprir a insuficiência das dotações de pessoal, encargos sociais e despesas de exercícios anteriores.

§2° - O Ato do Legislativo disporá obrigatoriamente da identificação do programa de trabalho e do grupo de despesa que terá a anulação total ou parcial, bem como o respectivo programa de trabalho e do grupo de despesa que receberá o reforço.

§3° - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, cópia do Ato com aprovação e devidamente assinado por parte dos membros da Mesa Diretora e a respectiva publicação, num prazo máximo de até 05 (cinco) dias, para fins de adequação do Orçamento e Controle.

Art. 44 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei n° 4.320/1964 e da Constituição da República.

§1° - A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§2° - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 45 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2°, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto da Chefe do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei n° 4.320/1964.

Parágrafo Único – Para cada reabertura de saldo de Créditos Extraordinários ou Especiais o Chefe do Poder Executivo encaminhará, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia seguinte da publicação, cópia do decreto devidamente formalizado, apresentando a exposição de justificativa, a metodologia de cálculo demonstrando o valor total, o saldo aplicado no exercício financeiro anterior e o saldo restante a ser aplicado no exercício da reabertura, quando os mesmos não forem previstos no orçamento subsequente.

Art. 46 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 46-A – O Chefe do Poder Executivo, protocolará para cada vereador, mensalmente, até o 10° (décimo) dia do mês subsequente, na Câmara Municipal, a relação de todas os procedimentos licitatórios, inclusive a inexigibilidades e dispensas de licitações, após a sua conclusão, sendo na sua integralidade, através de mídias digitais.

Art. 46-B – O Chefe do Poder Executivo, protocolará para cada vereador, mensalmente, até o 10° (décimo) dia do mês subsequente, na Câmara Municipal, a relação de todos os pagamentos ou descontos efetuados, com as seguintes informações na sua sequência e por ordem crescente da seguinte forma:

I - Data de Pagamento;
II - Razão Social;
III - CNPJ;
IV - Objeto;
V - Unidade Administrativa;
VI - Número do Processo Administrativo Licitatório;
VII - Número do Processo Administrativo de Pagamento;
VIII - Empenho ou Subempenho;

IX - Data do Empenho ou Subempenho;
X - Valor Único ou da Parcela;
XI - Tipo de Parcela;
XII - Período de Execução, quando houver.

Parágrafo Único – As informações acima poderão ser através de mídias digitais, cabendo, somente, a sua verificação para o atendimento ao artigo.

Art. 47 - Se o projeto de lei orçamentária de 2019 não for sancionado pelo Chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;
II – benefícios previdenciários;
III – amortização, juros e encargos da dívida;
IV – PIS/PASEP;
V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município;
VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§1° - As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2019, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§2° - Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2019 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 48 - Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar n° 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;
II – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 49 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Estado do Rio de Janeiro, Carapebus, em 06 de novembro de 2018.

Tânia Maria Carvalho Cabral Silva
Vereadora Presidenta

Dê-se a publicação da presente norma para o efeito de publicidade em jornal de veiculação regional.

Dê-se a publicidade da presente norma no sítio oficial da Câmara Municipal de Carapebus – camara@carapebus.rj.leg.br de inteiro teor.

Dê-se a afixação no Quadro da entrada da recepção da Câmara Municipal de Carapebus.

Em detrimento do não cumprimento da devolução do Autógrafo nº 012/18, que trata a presenta matéria, encaminhado através de Ofício nº GABPRES/034 de 01/11/18, protocolado sob o nº 10.009 em 01/10/18 na Prefeitura Municipal de Carapebus para promulgação por parte da Vereadora Presidenta, e, exclusivamente em relação a inclusão no Anexo de Metas e Prioridades 2019 da Emenda Aditiva nº 005 – que criou o Programa Transporte Municipal, por não termos acesso ao sistema orçamentário e financeiro para a devida inclusão, TORNO PÚBLICO que a presente emenda é parte integrante da presente norma.

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Carapebus
Gabinete de Vereadores

EMENDA ADITIVA Nº 005/18

"EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 009/18, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

Autores: Vereadores Anselmo Prata Vicente; Antônio Marcos Santos da Silva; Luciano Sardinha de Carvalho; Maicon Freitas Pimentel; Marcelo Borges Martins e Wagner Mello Ferreira.

Da Emenda: Acrescenta ao **Anexo de Metas e Prioridades – Metas e Prioridades** 2019 **Programa e Ação** ao ***Projeto de Lei nº 009 de 13/04/18 – Mensagem nº 004-A/2018 – Poder Executivo***, que **"Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências"**, com a seguinte redação:

PROGRAMA: 0000 TRANSPORTE MUNICIPAL
OBJETIVO: DOTAR O MUNICÍPIO DE TRANPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

AÇÃO	**DESCRIÇÃO**
0000	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE LINHAS INTRAMUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

Gabinete dos Vereadores, em 14 de agosto de 2018.

Anselmo Prata Vicente
Vereador

Antônio Marcos Santos da Silva
Vereador

Luciano Sardinha de Carvalho
Vereador

Maicon Freitas Pimentel
Vereador

Marcelo Borges Martins
Vereador

Wagner Mello Ferreira
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
Fls. nº 02

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS 2019

LRF, art. 4º, par. 1º

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2019			EXERCÍCIO 2020			EXERCÍCIO 2021		
	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	%PIB	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	%PIB	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	%PIB
RECEITA TOTAL	98.110.475,11	94.110.767,49	14,48	102.041.796,52	94.117.133,85	14,34	106.130.723,08	94.120.896,67	14,19
RECEITA NÃO FINANCEIRA (I)	97.146.145,47	93.185.751,05	14,34	101.038.893,70	93.192.117,41	14,19	105.087.704,12	93.195.906,46	14,05
DESPESA TOTAL	98.110.475,11	94.110.767,49	14,48	102.041.796,52	94.117.133,85	14,34	106.130.723,08	94.120.896,67	14,19
DESPESA NÃO FINANCEIRA (II)	97.044.539,31	93.088.287,11	14,33	100.933.223,29	93.094.653,47	14,18	104.977.806,92	93.098.445,30	14,03
RESULTADO PRIMÁRIO I-II	101.606,16	97.463,94	0,02	105.670,41	97.463,95	0,01	109.897,20	97.461,16	0,01
RESULTADO NOMINAL	-1.075.131,71	-1.031.301,40	-0,16	-1.112.383,53	-1.025.994,77	-0,16	-1.156.878,87	-1.025.965,65	-0,15
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	82.904.459,36	79.524.661,26	12,24	81.888.043,13	75.528.540,06	11,50	80.830.970,25	71.684.081,46	10,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	80.505.276,84	77.223.287,14	11,89	79.392.893,31	73.227.165,94	11,15	78.236.014,44	69.382.772,65	10,46
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	80.505.276,84	77.223.287,14	11,89	79.392.893,31	73.227.165,94	11,15	78.236.014,44	69.382.772,65	10,46

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2019

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso I

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2017 (a)	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2017 (b)	% PIB	VALOR (c) = (b-a)	% (C/A)
RECEITA TOTAL	73.123.688,94	6,20	81.228.266,69	13,31	8.104.577,75	11,083
RECEITA NÃO FINANCEIRA (I)	72.273.502,34	6,13	80.725.737,02	13,23	8.452.234,68	11,695
DESPESA TOTAL	73.123.688,94	6,20	75.458.195,27	12,36	2.334.506,33	3,193
DESPESA NÃO FINANCEIRA (II)	72.556.687,16	6,16	74.169.864,22	12,15	1.613.177,06	2,223
RESULTADO PRIMÁRIO I-II	-283.184,82	-0,02	6.555.872,80	1,07	6.839.057,62	-2415,051
RESULTADO NOMINAL	4.346.969,34	0,37	36.334.408,33	5,95	31.987.438,99	735,856
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	41.539.986,98	3,52	84.821.799,11	13,90	43.281.812,13	104,193
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	41.769.817,80	3,54	88.707.805,69	6,84	46.937.987,89	112,373
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
PASSIVOS RECONHECIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	41.769.817,80	3,54	88.707.805,69	6,84	46.937.987,89	112,373

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

Obedecendo a legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Exercício de 2017, em cumprimento ao estabelecido no Parágrafo 2o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo avalie o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social, relativas ao ano anterior.

Para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da divida public consolidada.

METAS FISCAIS

1. RESULTADO PRIMARIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor publico tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua divida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de credito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2017 o resultado primário foi de R$ 6.555.872,80. Esse valor é R$ 6.839.057,62 superior ao valor estabelecido de R$ -283.184,82.

O desempenho demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais.

2 . RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal apurado conforme exposto no quadro foi desfavorável na ordem de R$ 36.334.408,33, no entanto a meta estabelecida para o exercício era de um resultado nominal desfavorável na ordem de R$ 4.346.969,34. O resultado notadamente desfavorável, deu-se em virtude da revisão do contrato de parcelamento de dívida junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, ao qual foi acrescida inscrição de dívida no montante de R$ 45.202.434,85, conforme Anex XVI - Dívida Fundada Interna do Setor de Contabilidade.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2019

LRF, art. 4º, par. 1º, inciso II

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
RECEITA TOTAL	88.663.959,76	73.123.688,94	-17,527	98.176.922,41	34,261	98.110.475,11	-0,068	102.041.796,52	4,007	106.130.723,08	4,007
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	87.916.244,18	72.273.502,34	-17,793	97.251.905,96	34,561	97.146.145,47	-0,109	101.038.893,70	4,007	105.087.704,12	4,007
DESPESA TOTAL	88.663.959,76	73.123.688,94	-17,527	98.176.922,41	34,261	98.110.475,11	-0,068	102.041.796,52	4,007	106.130.723,08	4,007
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	88.127.459,76	72.556.687,16	-17,668	97.151.905,96	33,898	97.044.539,31	-0,111	100.933.223,29	4,007	104.977.806,92	4,007
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	-211.215,58	-283.184,82	34,074	100.000,00	-135,313	101.606,16	1,606	105.670,41	4,000	109.897,20	4,000
RESULTADO NOMINAL	-279.632,30	4.346.969,34	-1654,530	39.810.590,75	815,824	-1.075.131,71	-102,701	-1.112.383,53	3,465	-1.156.878,87	4,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	42.849.279,73	41.539.986,98	-3,056	83.881.782,66	101,930	82.904.459,36	-1,165	81.888.043,13	-1,226	80.830.970,25	-1,291
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	37.422.848,46	41.769.817,80	11,616	81.580.408,55	95,309	80.505.276,84	-1,318	79.392.893,31	-1,382	78.236.014,44	-1,457
RECEITA DE PRIVATIZAÇÃOES	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
PASSIVOS RECONHECIDOS	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	37.422.848,46	41.769.817,80	11,616	81.580.408,55	95,309	80.505.276,84	-1,318	79.392.893,31	-1,382	78.236.014,44	-1,457

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
RECEITA TOTAL	95.384.687,91	76.414.254,94	-19,888	98.176.922,41	28,480	94.110.767,49	-4,142	94.117.133,85	0,007	94.120.896,67	0,004
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	94.580.295,49	75.525.809,95	-20,146	97.251.905,96	28,766	93.185.751,05	-4,181	93.192.117,41	0,007	93.195.906,46	0,004
DESPESA TOTAL	95.384.687,91	76.414.254,94	-19,888	98.176.922,41	28,480	94.110.767,49	-4,142	94.117.133,85	0,007	94.120.896,67	0,004
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	94.807.521,21	75.821.738,08	-20,026	97.151.905,96	28,132	93.088.287,11	-4,183	93.094.653,47	0,007	93.098.445,30	0,004
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	-227.225,72	-295.928,14	30,235	100.000,00	-133,792	97.463,94	-2,536	97.463,95	0,000	97.461,16	-0,003
RESULTADO NOMINAL	-2.853.286,38	3.389.959,23	-218,809	37.930.948,95	1018,921	-4.357.121,41	-111,487	-3.996.121,20	-8,285	-3.844.393,29	-143,417
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	46.097.255,13	43.409.286,39	-5,831	83.881.782,66	111,017	79.524.661,26	-5,194	75.528.540,06	-5,025	71.684.081,46	-5,090
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	40.259.500,37	43.649.459,60	8,420	81.580.408,55	104,098	77.223.287,14	-5,341	73.227.165,94	-5,175	69.382.772,65	-5,250
RECEITA DE PRIVATIZAÇÃOES	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
PASSIVOS RECONHECIDOS	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	40.259.500,37	43.649.459,60	8,420	81.580.408,55	104,098	77.223.287,14	-5,341	73.227.165,94	-5,175	69.382.772,65	-5,250

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

A Administração Municipal deve honrar seus compromissos contratados, por meio de pagamento dos parcelamentos celebrados em exercícios anteriores. Concomitantemente, deve provocar uma redução gradual do endividamento, muito embo não se verifique em seus demonstrativos a atualização da dívida ora contratada, no período em análise.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2019

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso III

R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,000	51.342.446,59	100,000	69.390.442,87	100,000
RESERVAS	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	0,00	0,000	51.342.446,59	100,000	69.390.442,87	100,000

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o Ativo e o Passivo, após a apuração do resultado ocorrido no exercício. O Patrimônio Líquido da Administração Municipal está representado pelo somatório dos correspondentes valores na Prefeitura e Fundos Municipais.
No exercício de 2017, o Patrimônio Líquido evidenciou o Passivo Real a Descoberto, apresentando situação negativa no montante de R$ 36.317.093,21.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2019

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso IV, alinea a

R$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	
RECEITAS CORRENTES	50.243,92	0,00	0,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	50.243,92	0,00	0,00	
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	50.243,92	0,00	0,00	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RRPS				
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO				
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	78.831,96	0,00	0,00	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	129.075,88	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	**EXERCÍCIO 2017**	**EXERCÍCIO 2016**	**EXERCÍCIO 2015**	
ADMINISTRAÇÃO GERAL				
DESPESAS CORRENTES	19.728,50	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL				
PESSOAL CIVIL - DESPESA	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL MILITAR - DESPESA	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
COMPENSAÇÃO PREV DE APOSENTADORIA RPPS E RGPS	0,00	0,00	0,00	
COMPENSAÇÃO PREV DE PENSÕES RPPS E RGPS	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	19.728,50	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDÊNCIÁRIO (I - II)	109.347,38	0,00	0,00	

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2019

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso IV, alinea a — R$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA RPPS	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	
TOTAL DE APORTES PARA O RPPS				
PLANO FINANCEIRO				
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE RESERVA	0,00	0,00	0,00	
OUTROS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	
OUTROS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMETÁRIA DO RPPS	109.347,38	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

O Instituto de Previdência de Carapebus, é uma Unidade Gestora que conta com estrutura própria e foi criado no exercício de 2017 pela Lei Municipal nº 687/2017, tendo por finalidade assegurar aos servidores públicos detentores de cargos efetivos, nos órgãos da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Carapebus, benefícios de natureza previdenciária, referentes à cobertura da perda da capacidade laborativa por idade avançada, doenç acidente em serviço ou invalidez e por
morte do servidor segurado do Regime Próprio de Previdência Municipal.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2019

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso III

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)	
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	58.778,16	475,03	68,86	
TOTAL (I)	58.778,16	475,03	68,86	

DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (II)	0,00	0,00	0,00	

SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = (a - d) + h	2016 (h) = (b - e) + i	2015 (i) = (c - f)	
TOTAL (III) = (I) - (II)	59.322,05	543,89	68,86	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

Os recursos obtidos com alienação de ativos se destinam exclusivamente para o pagamento e amortização de dívidas junto a União, Capitalização do Instituto de Previdência a título de aportes financeiros, ou para aquisição de equipamentos e investimentos destinados aos próprios municipais. No exercício de 2017 houve ingresso de recursos provenientes da alienção de ativos, no montante de R$ 58.778,16, no entanto, não houve despesa com essa fonte de recursos.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2019

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

Não há previsão de renúncia de receita para o período em análise.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
DE CARÁTER CONTINUADO 2019

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso V

R$ 1,00

EVENTO	VALOR PREVISTO 2019	
AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA	0,00	
(-) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	0,00	
(-) TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEF	0,00	
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00	
REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPESA	0,00	
MARGEM BRUTA (III) = (I+II)	0,00	
SALDO UTILIZADO DA MARGEM BRUTA (IV)		
IMPACTO DE NOVAS DOCC	0,00	
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III-IV)	0,00	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

NÃO HÁ PROJEÇÃO DE AUMENTO DA MARGEM DE EXPANSÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO, POIS NÃO HÁ A PREVISÃO DE AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2019

LRF, art. 4º, par. 3º

R$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
FRUSTRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	2.500.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO	2.500.000,00
DEMANDAS JUDICIAIS	300.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00
DUODÉCIMO DA CÂMARA ORÇADO A MENOR	200.000,00	ANULAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	200.000,00
TOTAL	**3.000.000,00**		**3.000.000,00**

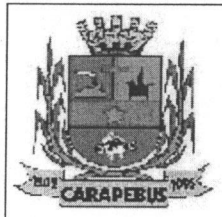
FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

O primeiro tipo de risco a ser considerado é o risco orçamentário que diz respeito à possibilidade das receitas e despesas projetadas na elaboração do projeto de lei orçamentária anual não se confirmarem durante o exercício financeiro. No casc das receitas, os riscos se referem a não concretização das situações e parâmetros utilizados na sua projeção. No caso da despesa, o risco é de que se verifiquem variações no seu valor em função de mudanças posteriores à alocação inicialmente prevista na Lei Orçamentária. Em sendo observadas, estas situações ocasionam a necessidade de revisão das receitas e reprogramação das despesas, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receita efetivamente arrecadadas. O segundo tipo de risco de dívida é originado pelos denominados passivos contingentes e refere-se às novas obrigações causadas por evento que pode vir ou não a acontecer. A probabilidade de ocorrência e sua dimensão dependem de condições exógenas cuja ocorrência é difícil de prever. Por isso a mensuração destes passivos muitas vezes é difícil e imprecisa. Nesse sentido é clara a conotação que assume a palavra "contingente" no sentido condicional e probabilístico.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO



MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

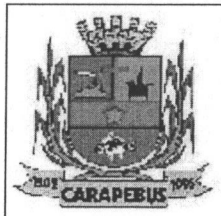
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2019

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso IV, alinea a

R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)	
2018	5.392.697,41	401.284,56	4.991.412,85	4.991.412,85	
2019	4.557.876,27	592.500,20	3.965.376,07	8.956.788,92	
2020	4.389.730,16	794.145,31	3.595.584,85	12.552.373,77	
2021	4.274.519,96	1.000.542,66	3.273.977,30	15.826.351,07	
2022	4.151.228,98	1.213.495,80	2.937.733,18	18.764.084,25	
2023	4.053.030,63	1.432.620,43	2.620.410,20	21.384.494,45	
2024	3.943.169,23	1.658.401,05	2.284.768,18	23.669.262,63	
2025	3.841.228,02	1.890.953,05	1.950.274,97	25.619.537,60	
2026	3.743.303,54	2.130.931,61	1.612.371,93	27.231.909,53	
2027	3.620.348,74	2.377.272,82	1.243.075,92	28.474.985,45	
2028	3.483.444,82	2.628.002,65	855.442,17	29.330.427,62	
2029	3.353.396,58	2.881.991,45	471.405,13	29.801.832,75	
2030	3.216.490,51	3.139.108,84	77.381,67	29.879.214,42	
2031	3.093.350,07	3.398.661,98	-305.311,91	29.573.902,51	
2032	2.966.219,27	3.660.119,11	-693.899,84	28.880.002,67	
2033	2.832.931,01	3.922.172,08	-1.089.241,07	27.790.761,60	
2034	2.707.420,37	4.182.666,28	-1.475.245,91	26.315.515,69	
2035	2.587.343,80	4.441.360,11	-1.854.016,31	24.461.499,38	
2036	2.481.281,48	4.697.005,59	-2.215.724,11	22.245.775,27	
2037	2.399.206,52	4.949.283,87	-2.550.077,35	19.695.697,92	
2038	2.324.415,55	5.197.459,12	-2.873.043,57	16.822.654,35	
2039	2.259.440,17	5.440.183,99	-3.180.743,82	13.641.910,53	
2040	2.202.283,08	5.675.593,34	-3.473.310,26	10.168.600,27	
2041	2.148.544,11	5.902.615,33	-3.754.071,22	6.414.529,05	
2042	2.112.832,63	6.119.444,52	-4.006.611,89	2.407.917,16	
2043	2.091.801,68	6.325.438,35	-4.233.636,67	-1.825.719,51	
2044	2.078.949,43	6.519.641,71	-4.440.692,28	-6.266.411,79	
2045	2.075.577,46	6.700.608,42	-4.625.030,96	-10.891.442,75	
2046	2.073.724,47	6.867.034,00	-4.793.309,53	-15.684.752,28	
2047	2.069.430,70	7.017.304,22	-4.947.873,52	-20.632.625,80	
2048	2.070.357,17	7.150.158,00	-5.079.800,83	-25.712.426,63	
2049	2.077.104,04	7.264.800,93	-5.187.696,89	-30.900.123,52	
2050	2.087.245,65	7.360.022,24	-5.272.776,59	-36.172.900,11	
2051	2.098.777,03	7.436.691,91	-5.337.914,88	-41.510.814,99	



MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2019

2052	2.108.369,25	7.494.637,00	-5.386.267,75	-46.897.082,74	
2053	1.950.102,78	7.533.940,49	-5.583.837,71	-52.480.920,45	
2054	1.950.735,24	7.553.203,24	-5.602.468,00	-58.083.388,45	
2055	1.948.256,66	7.553.192,33	-5.604.935,67	-63.688.324,12	
2056	1.943.385,68	7.532.845,38	-5.589.459,70	-69.277.783,82	
2057	1.935.631,55	7.493.389,11	-5.557.757,56	-74.835.541,38	
2058	1.924.544,74	7.434.086,89	-5.509.542,15	-80.345.083,53	
2059	1.909.108,31	7.358.244,56	-5.449.136,25	-85.794.219,78	
2060	1.889.600,11	7.264.904,88	-5.375.304,77	-91.169.524,55	
2061	1.865.627,70	7.155.341,17	-5.289.713,47	-96.459.238,02	
2062	1.837.491,61	7.027.492,06	-5.190.000,45	-101.649.238,47	
2063	1.804.659,96	6.883.653,43	-5.078.993,47	-106.728.231,94	
2064	1.767.722,20	6.724.222,77	-4.956.500,57	-111.684.732,51	
2065	1.726.780,41	6.550.085,11	-4.823.304,70	-116.508.037,21	
2066	1.682.061,86	6.361.442,40	-4.679.380,54	-121.187.417,75	
2067	1.633.618,41	6.160.691,46	-4.527.073,05	-125.714.490,80	
2068	1.582.065,57	5.948.885,96	-4.366.820,39	-130.081.311,19	
2069	1.527.673,91	5.729.321,83	-4.201.647,92	-134.282.959,11	
2070	1.471.289,84	5.502.232,56	-4.030.942,72	-138.313.901,83	
2071	1.412.973,32	5.269.532,13	-3.856.558,81	-142.170.460,64	
2072	1.353.215,85	5.032.573,71	-3.679.357,86	-145.849.818,50	
2073	1.292.364,93	4.794.709,47	-3.502.344,54	-149.352.163,04	
2074	1.231.281,39	4.559.509,59	-3.328.228,20	-152.680.391,24	
2075	1.170.882,06	4.327.924,71	-3.157.042,65	-155.837.433,89	
2076	1.111.411,07	4.100.825,42	-2.989.414,35	-158.826.848,24	
2077	1.053.091,97	3.880.232,41	-2.827.140,44	-161.653.988,68	
2078	996.443,68	3.668.048,00	-2.671.604,32	-164.325.593,00	
2079	941.954,73	3.464.634,83	-2.522.680,10	-166.848.273,10	
2080	889.718,22	3.272.498,75	-2.382.780,53	-169.231.053,63	
2081	840.377,68	3.090.464,17	-2.250.086,49	-171.481.140,12	
2082	793.631,20	2.920.291,51	-2.126.660,31	-173.607.800,43	
2083	749.930,86	2.760.755,00	-2.010.824,14	-175.618.624,57	
2084	708.961,88	2.611.462,73	-1.902.500,85	-177.521.125,42	
2085	670.623,63	2.473.095,81	-1.802.472,18	-179.323.597,60	
2086	635.091,01	2.345.173,77	-1.710.082,76	-181.033.680,36	
2087	602.240,62	2.227.228,66	-1.624.988,04	-182.658.668,40	
2088	571.952,32	2.118.843,93	-1.546.891,61	-184.205.560,01	
2089	544.119,12	2.018.651,02	-1.474.531,90	-185.680.091,91	

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2019

2090	518.389,58	1.926.293,61	-1.407.904,03	-187.087.995,94	
2091	494.672,20	1.841.103,05	-1.346.430,85	-188.434.426,79	
2092	472.795,26	1.762.217,82	-1.289.422,56	-189.723.849,35	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

A projeção atuarial compõe a base de criação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Carapebus, instituído pela Lei 687/2017 e tem por finalidade apurar a capacidade do Instituto de Previdência em arcar com as aposentadorias futuras.

CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO
CPF: 91341132749
PREFEITA MUNICIPAL

IZABELLA DE SOUSA GUSMAO ALVES
CPF: 08272440709
CONTADORA
CRC: 103631/O-2

LUIZ VICTOR CORDEIRO COUTINHO
CPF: 03055583744
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

PROGRAMA : 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO : MANTER AS ATIVIDADES DE GESTÃO DO MUNICIPIO REFERENTES A PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS DE INVESTIMENTO E CUSTEIO DE CARATER ADMINISTRATIVO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
970	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO FMHIS	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	0
970	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO FMHIS	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	0
980	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO FMA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	0
980	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO FMA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA : 0002 RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO

OBJETIVO : AMPLIAR O POTENCIAL DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DO RECADASTRAMENTO DE CONTRIBUINTES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2011	RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO ECONÔMICO	CADASTRO IMOBILIÁRIO ATUALIZADO	UN	0

PROGRAMA : 0003 CARAPEBUS EDUCAÇÃO

OBJETIVO : SUPRIR AS NECESSIDADES DA SEMED NO QUE DIZ RESPEITO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, A MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS E A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0015	IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS NAS UNIDADES ESCOLARES	CONSELHOS IMPLANTADOS	UN	0
0016	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS EDUCACIONAIS	CONSELHOS ESCOLARES MANTIDOS	UN	0
0026	MANUT. PROGRAMA DINHEIRO DIRETO ESCOLA - PDDE	-*	UN	0

PROGRAMA : 0004 CARAPEBUS SEMPRE

OBJETIVO : MANTER E DESENVOLVER O ENSINO FUNDAMENTAL OPORTUNIZANDO A EXPANSÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0017	MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADES ESCOLARES MANTIDAS	UN	0
0018	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	TRANSPORTE ESCOLAR	UN	0
1.140	EQUIPAGEM DE CRECHES	CONJUNTO ALUNO/PJA	UN	0
0027	CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL-QESE	NOVAS UNIDADES ESCOLARES	UN	0
0028	EQUIPAGEM DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL-QESE	ESCOLAS EQUIPADAS	UN	0
0029	MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL-QESE	UNIDADES ESCOLARES MANTIDAS	UN	0
0030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	TRANSPORTE ESCOLAR	UN	0
1134	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL-QESE	ESCOLAS REFORMADAS	%	0
1150	REFORMA DE QUADRAS DO ENS. FUNDAMENTAL-QESE	QUADRAS ESCOLARES REFORMADAS	R$	0

PROGRAMA : 0005 CARAPEBUS ALIMENTANDO

OBJETIVO : SUPRIR AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS ALUNOS, CONTRIBUINDO PARA DIMINUIR A REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR E PARA AS MELHORES CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0019	EQUIPAGEM DA GERÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	COZINHAS EQUIPADAS	UN	0
0020	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	UN	0

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

PROGRAMA : 0007 CARAPEBUS POR VOCÊ

OBJETIVO : GARANTIR AOS MUNÍCIPES ACESSO AO CURSO SUPERIOR COM TRANSPORTE DE QUALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0035	MANUTENÇÃO DO DESENV. ACESSO AO ENS. SUPERIOR	ENSINO SUPERIOR	UN	0
0036	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	TRANSPORTE AOS UNIVERSITÁRIOS	UN	0

PROGRAMA : 0009 SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E MONITORAMENTO

OBJETIVO : DESENVOLVER AÇÕES DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA, MODERNIZAR O SISTEMA DE MONITORAMENTO, BEM COMO VALORIZAR OS SEUS PROFISSIONAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0049	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	DEFESA CIVIL	UN	0
0136	MANUTENÇÃO DO MONITORAMENTO POR RADIOCOMUNICAÇÃO E CÂMERAS	VIGILANCIA ELETRONICA	UN	0
2151	MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	DEPTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA MANTIDOS	UN	0

PROGRAMA : 0010 CONSERVAÇÃO DOS APARELHOS PUBLICOS

OBJETIVO : MANTER OS APARELHOS PUBLICOS NAS CONDIÇÕES ADEQUADAS AO USO PLENO DA POPULAÇAO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0052	CONSTRUÇÃO DE APARELHOS PÚBLICOS	APARELHOS PÚBLICOS	UN	0
0053	MANUTENÇÃO E REFORMA DE APARELHOS PÚBLICOS	APARELHOS PÚBLICOS MANTIDOS	UN	0

PROGRAMA : 0011 MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL

OBJETIVO : DOTAR O MUNICIPIO DE INFRA ESTRUTURA VIÁRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES INERENTES AO SEU DESENVOLVIMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0054	CALÇAMENTO/ASFALTAMENTO DE VIAS URBANAS	AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO	UN	0
0063	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ESTRADAS VICINAIS MANTIDAS	%	85
0064	MANUTENÇÃO E REPARO DE VIAS URBANAS	VIAS URBANAS MANTIDA	%	85

PROGRAMA : 0012 SANEAMENTO BÁSICO

OBJETIVO : ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E PROPORCIONAR DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DE INFR ESTRUTURA BÁSICA DE SANEAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0056	CONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTOS EM VIAS URBANAS	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO	UN	0
0057	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS PÚBLICAS	ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS	UN	0

PROGRAMA : 0013 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVO : PROVER OS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BUSCANDO OFERECER À POPULAÇÃO MUNICIPAL MAIORES CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE NAS VIAS URBANAS E RURAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0060	ELETRIFICAÇÃO URBANA/RURAL	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	UN	0

PROGRAMA : 0014 LIMPEZA URBANA

OBJETIVO : MANTER OS SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMESTICOS A FIM DE GARANTIR A LIMPEZA E HIGIENE NO MUNICÍPIO.

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0065	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA	VIAS PÚBLICAS LIMPAS	%	85

PROGRAMA : 0016 MARKETING INSTITUCIONAL

OBJETIVO : ELABORAR CAMPANHAS DE MARKENTIG INTERNO E EXTERNO PARA DIVULGAÇÃO ORIENTAÇÃO E MELHORIA DA IMAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA BUSCANDO MAIOR INTEGRAÇÃO COM O PÚBLICO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0072	PUBLICIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL	UN	120
0073	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS	ATOS OFIC	1416

PROGRAMA : 0017 EVENTOS PUBLICOS

OBJETIVO : APOIAR EVENTOS E FESTIVIDADES PÚBLICAS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0074	REUNIÕES, PALESTRAS E INAUGURAÇÕES	EVENTOS INSTITUCIONAIS	UN	32
0075	CERIMONIAL, HOMENAGENS E RECEPÇÕES	EVENTOS INSTITUCIONAIS	UN	16

PROGRAMA : 0020 CRIANÇA NO ESPORTE

OBJETIVO : ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, VISANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL E À PRÁTICA ESPORTIVA, COM ACOMPANHAMENTO DE PROFESSORES E MONITORES ESPECIALIZADOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0081	INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVA	DESPORTO COMUNITÁRIO	TAXA %	20

PROGRAMA : 0021 CARAPEBUS DE BRAÇOS ABERTOS

OBJETIVO : INCREMENTO E FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICIPIO VISANDO DIVULGAR AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS, NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA O TRABALHADOR DE CARAPEBUS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0085	FESTIVIDADES E EVENTOS DO MUNICÍPIO	FESTAS POPULARES	UN	0

PROGRAMA : 0023 MAPEANDO O DESENVOLVIMENTO

OBJETIVO : LEVANTAMENTO DOS POTENCIAIS ECONÔMICOS E TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO, NA ELABORAÇÃO DE PLANOS/PROJETOS PARA NORTEAR O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO, COM POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROPORCIONEM MELHOR QUALID

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0094	ESTUDOS, REVISÃO E PROJETOS LEG. URBANÍSTICA	LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	UN	0
0095	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	UN	0

PROGRAMA : 0024 DESENVOLVER CARAPEBUS

OBJETIVO : FORMULAR ACÕES QUE PROPORCIONEM AO MUNICÍPIO O DESENVOLVIMENTO NO SENTIDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, COM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO VOLTADAS PARA A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0098	IMPLANT. E MANUTENÇÃO DE CONDOMÍNIOS	CONDOMÍNIO COMERCIAL	UN	0
0099	MANUTENÇÃO DA ZONA ESPECIAL DE NEGÓCIOS - ZEN	PROMOÇÃO COMERCIAL	UN	0

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

PROGRAMA : 0025 GESTÃO AMBIENTAL

OBJETIVO : PROMOVER A RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E ÁREAS DEGRADADAS COM A INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES DE REFLORESTAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0102	PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E ÁREAS DRAGADAS	ÁREAS PROTEGIDAS, NASCENTES RECUPERADAS	HA	0

PROGRAMA : 0026 EXTENSÃO RURAL

OBJETIVO : REALIZAR A EXPOSIÇÃO DA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO. AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA PATRULHA MECANIZADA. COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A SEAPPA E O MUNICÍPIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0106	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	ÁREA PREPARADA	HA	0

PROGRAMA : 0027 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

OBJETIVO : AMPLIAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ATRAVÉS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
154	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	INSPEÇÃO MUNICIPAL	UN	0
0103	PRODUÇÃO NO HORTO MUNICIPAL	HORTO PRODUZINDO	KG	0
153	PRODUÇÃO DE MUDAS NA ESTUFA	ESTUFA PRODUZINDO	UN	0
0112	APOIO À PISCICULTURA	PISCICULTURA	UN	0
155	ATENDIMENTO CLÍNICO VETERINÁRIO	ATENDIMENTOS REALIZADOS	UN	0
156	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	ANIMAIS VACINADOS	UN	0
157	MELHORAMENTO GENÉTICO	ANIMAIS INSEMINADOS	UN	0
158	APOIO AO PESCADOR	APOIO AO PESCADOR	UN	0

PROGRAMA : 0032 QUALIFICAÇÃO E APOIO AO TRABALHADOR

OBJETIVO : QUALIFICAÇÃO E PREPARAÇÃO DO TRABALHADOR PARA O MERCADO DE TRABALHO. ASSISTÊNCIA AO MUNÍCIPE COM CARTEIRA ASSINADA EM OUTRO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
161	CARTÃO DO TRABALHADOR - RIOCARD	TRABALHADORES BENEFICIADOS	%	55
2162	POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR/PEQUENO EMPRESÁRIO	POSTO DE ATENDIMENTO IMPLANTADO E MANTIDO	UN	1
0119	QUALIFICAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CURSOS REALIZADOS	%	55

PROGRAMA : 0033 CULTURA E ARTE

OBJETIVO : RESGATAR MANIFESTAÇÕES ANTIGAS POPULARES E FOLCLÓRICAS, ATENDER À COMUNIDADE DE CARAPEBUS E PROMOVER A INTEGRAÇÃO DOS MUNÍCIPES EM PROL DO RESGATE DA CULTURA LOCAL, TURISMC CULTURAL E IDENTIDADE DO MU

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
121	APOIO ÀS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	APOIO CULTURAL	EVENTOS	0

PROGRAMA : 0034 DESPERTANDO ARTE

OBJETIVO : RESGATAR MANIFESTAÇÕES ANTIGAS POPULARES E FOLCLÓRICAS. ATENDER À COMUNIDADE DE CARAPEBUS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS COM ATIVIDADES CULTURAIS. OPORTUNIZAR CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULT

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
122	REALIZAÇÕES DO PROGRAMA DESPERTANDO ARTE	CULMINÂNCIA DOS PROJETOS	%	18
123	FEIRA DA INTEGRAÇÃO FAMILIAR	INTEGRAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO	PROGRAMA	1
124	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	ACERVO BIBLIOTECÁRIO	BIBLIOTECA	1
125	MANUT. DA ESTAÇÃO CULTURAL E DA SALA DE CINEMA	ESTAÇÕES CULTURAIS MANTIDAS	EST.CULT.	1

PROGRAMA : 0035 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO : GERENCIAR CONSELHOS E COMITÊS, PROMOVENDO RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL TRIPARTIDE, POLÍTICA PÚBLICA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL. MANTER EQUIPE ESPECIALIZADA. REALIZAR PUBLICIDADES E EXPEDIÇÕES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
126	OFICINAS POLÍTICAS PARTICIPATIVAS, CURSOS E REAL. DIAGNÓSTICOS	CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	UN	0
127	REPRESENTATIVIDADE EXTERNA	REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL	UN	0
128	GESTÃO DA FAUNA E FLORA	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	UN	0
129	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - AGENDA 21	PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS	UN	0
130	EXPEDIÇÕES E PUBLICIDADES ECOTURÍSTICAS	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	UN	0

PROGRAMA : 0036 SANEAMENTO BÁSICO AMBIENTAL

OBJETIVO : GERENCIAR EFLUENTES LÍQUIDOS E CORPOS HÍDRICOS LOCAIS. MANTER E FISCALIZAR OS RECURSOS HÍDRICOS. REALIZAR OBRAS DE SANEAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
131	CONST., REFORMA E ADEQ. DAS EST. DE TRAT. DE ESGOTO	SANEAMENTO AMBIENTAL	UN	0
132	INCENTIVO ÀS FOSSAS SÉPTICAS NAS ÁREAS RURAIS	AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO	UN	0

PROGRAMA : 0037 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO : INCENTIVAR A RECICLAGEM, REUSO E CONSUMO SUSTENTÁVEL. REALIZAR SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ATERRO SANITÁRIO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
133	PLANO MUNIC. DE GERENC. RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO BÁSICO	PLANO MUNIC.GERENC.RES. SÓLIDOS E SAN. BÁSICO	UN	0
134	INCENTIVO À RECICLAGEM	COLETA SELETIVA	UN	0
136	INCENTIVO À COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	UN	0
137	ATERRO SANITÁRIO AMBIENTAL MUNICIPAL	ATERRO SANITÁRIO	UN	0

PROGRAMA : 0038 GESTÃO TERRITORIAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

OBJETIVO : REALIZAR ANÁLISE DE IMPACTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS. COMBATER CRIMES AMBIENTAIS. PROTEGER O PATRIMÔNIO AMBIENTAL. CONTROLAR A POLUIÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
138	MANUT. EQUIPE TÉCNICA E EQUIP. ESPECIALIZADO	CONTROLE AMBIENTAL	UN	0
139	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO TERRITORIAL	GESTÃO TERRITORIAL AMBIENTAL	UN	0
140	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL	CONTROLE AMBIENTAL	UN	0
141	GESTÃO DE PROJETOS E FUNDO AMBIENTAL	CAPTAÇÃO DE RECURSOS	UN	0

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

PROGRAMA : 0040 PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM

OBJETIVO : PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
1133	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA ESTRADA DA PRAIA	ESTRADA PAVIMENTADA	KM	0

PROGRAMA : 0041 OBRAS PUBLICAS

OBJETIVO : OBRAS PUBLICAS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
1138	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL -CRAS	CRAS	UN	0
1141	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	QUADRAS ESCOLARES	UN	0
1142	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	OBRAS PÚBLICAS	UN	0

PROGRAMA : 0043 UTILIDADE PÚBLICA

OBJETIVO : CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE SEU PAPEL NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DE CAMPANHAS DE UTILIDADE PÚBLICA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
152	CAMPANHAS DE UTILIDADE PÚBLICA	CAMPANHAS PÚBLICAS	CAMPANHAS	31

PROGRAMA : 0044 PAISAGISMO

OBJETIVO : MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, CANTEIROS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
159	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, CANTEIROS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	PRAÇAS, CANTEIROS E LOGRADOUROS MANTIDOS	M2	0

PROGRAMA : 0045 CONVÊNIO COM A EMATER

OBJETIVO : APOIO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0108	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	PRODUTORES ATENDIDOS	UN	0

PROGRAMA : 0046 CONVÊNIO COM A AGVAP

OBJETIVO : PLANTIO DE MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS PARA RECUPERAÇÃO DE NASCENTES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
1146	RECUPERAÇÃO DE NASCENTES	NASCENTES RECUPERADAS	R$	0

PROGRAMA : 0047 PARQUE DE EXPOSIÇÕES

OBJETIVO : PROMOVER E DIVULGAR ATIVIDADES RELACIONADAS À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ENTRETENIMENTO E LAZER.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0107	MANUTENÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES	PARQUE DE EXPOSIÇÕES MANTIDO	UN	0
160	REALIZAÇÃO DE EVENTOS AGROPECUÁRIOS	EVENTOS REALIZADOS	UN	0

PROGRAMA : 0101 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

OBJETIVO : MANTER AS ATIVIDADES DE GESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTES A PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS DE INVESTIMENTO E CUSTEIO DE CARÁTER ADMINISTRATIVO.

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2651	MANUTENÇÃO DE PESSOAL-SUBSIDIO DE VEREADORES	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
650	MANUTENÇÃO DE PESSOAL - SUBSÍDIO DE VEREADORES	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
2652	MANUTENÇÃO DE PESSOAL-ASSESSORIA LEGISLATIVA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
651	MANUTENÇÃO DE PESSOAL-ASSESSORIA LEGISLATIVA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
2653	MANUTENÇÃO DE PESSOAL - ADMINISTRATIVO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
652	MANUTENÇÃO DE PESSOAL - ADMINISTRATIVO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
653	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS-CÂMARA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	0
2654	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS-CÂMARA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA : 0301 GESTÃO PARTICIPATIVA

OBJETIVO : APOIAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE NA EXECUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL. DAR CONDIÇÕES AOS OUVIDORES MUNICIPAIS DE EXERCEREM SUAS FUNÇÕES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0557	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA EM SAÚDE	ATIVIDADES DE OUVIDORIA MANTIDAS	%	100
0558	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	%	100

PROGRAMA : 0302 ATENÇÃO BÁSICA

OBJETIVO : FORTALECER A ATENÇÃO BÁSICA COMO PORTA DE ENTRADA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PREVININDO AGRAVOS, ESTIMULANDO PRÁTICAS SAUDÁVEIS E A INTERSETORIALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0559	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENÇÃO BÁSICA	RECURSOS MATERIAIS EM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	%	50
597	AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENÇÃO BÁSICA	ESTRUTURAS AMPLIADAS	%	50
598	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL DE ATENÇÃO BÁSICA	NASF,CAPS,ACADSAÚDE,SAÚDEBUC,PSE,PMAQ IMPLANTADOS	%	50
599	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS LABORATORIAIS	RECURSOS MATERIAIS EM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	%	50

PROGRAMA : 0303 ATENÇÃOESPECIALIZADA-ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL

OBJETIVO : FOMENTAR AS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL NO INTUITO DE OFERECER SERVIÇOS QUE ATENDAM AS DEMANDAS DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
600	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	RECURSOS MATERIAIS EM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	%	50
601	AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	ESTRUTURAS AMPLIADAS	%	50
602	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	PAHI IMPLANTADO.SERV.URGÊNCIAE EMERGÊNCIA OFERTADO	%	50
603	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO	CENTRAL DE REGULAÇÃO IMPLANTADA	%	50

PROGRAMA : 0304 ATENÇÃO ESPECIALIZADA-LABORATÓRIO

OBJETIVO : GARANTIR O ACESSO A EXAMES LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS, INTEGRANDO A REDE DE SERVIÇOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
604	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DO LABORATÓRIO	RECURSOS MATERIAIS EM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	%	50

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

605	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE LABORATÓRIO	EQUIP., EXAMES E PROCED. LABORATORIAIS REALIZADOS	%	100

PROGRAMA : 0305 ATENÇÃO ESPECIALIZADA-ODONTOLOGIA

OBJETIVO : GARANTIR ACESSO AOS PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS, INTEGRANDO A REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0583	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE ODONTOLOGIA	RECURSOS MATERIAIS EM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO	%	50
606	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ODONTOLOGIA	EQUIPAMENTOS, EXAMES E PROCED.LABORAT. REALIZADOS	%	100

PROGRAMA : 0306 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO : DISPONIBILIZAR MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FORMA RACIONAL E EQUÂNIME

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0586	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	RECURSOS MATERIAIS ADQUIRIDOS	%	75
0587	MANUT. ASSIST. ÀS UNIDADES MEDICAMENTOS/INSUMOS	MEDICAMENTOS E INSUMOS DISTRIB. NAS UNID. DE SAÚDE	%	75
0588	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESPECIALIZADA	RECURSOS MATERIAIS ADQUIRIDOS	%	75

PROGRAMA : 0307 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO : AMPLIAR E FOMENTAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE FORMA DESCENTRALIZADA E INTEGRADA, MONITORANDO OS AGRAVOS E/OU DOENÇAS, MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0589	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS ELENCADOS À VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PROG.ELENC.À VIG.EM SAÚDE C/ AÇÕES PACT.REALIZADAS	%	75
0599	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	RECURSOS MATERIAIS ADQUIRIDOS	%	100

PROGRAMA : 0308 MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE

OBJETIVO : DESENVOLVER ESFORÇOS EM MELHORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
603	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	UBS CONSTRUÍDAS/REFORMADAS E/OU AMPLIADAS	%	50
611	INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	UNIDADES DE SAÚDE INFORMATIZADAS	%	50
1612	EQUIPAMENTOS UBS-CENTRO	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS POR CONVÊNIO	UN	0

PROGRAMA : 0310 CENTRO MUNICIPAL DE REABILITAÇÃO

OBJETIVO : GARANTIR CONTINUIDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ATRAVÉS DE TERAPIAS DE REABILITAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
610	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE REABILITAÇÃO	RECURSOS MATERIAIS EM CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO	%	50
2613	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE REABILITAÇÃO	EQUIP. E PROCEDIMENTOS DE REABILITAÇÃO REALIZADOS	%	100

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

PROGRAMA : 0401 CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO : FORNECER APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS CONSELHOS E ÀS CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIASOCIAL E À PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS USUÁRIOS NO SUAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
753	CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO	MANUTENÇÃO DO CMI	CONSELHO	1
755	CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	MANUTENÇÃO DO CMPD	CONSELHO	1
752	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	MANUTENÇÃO DO CMDCA	CONSELHO	1
754	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MANUTENÇÃO DO CMAS	CONSELHO	1

PROGRAMA : 0402 BLOCO GESTÃO DO SUAS

OBJETIVO : DESENVOLVER JUNTO AOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ASCOMPETÊNCIAS E CAPACIDADES ESPECÍFICAS E COMPARTILHADAS REQUERIDAS PARA A MELHORIA E QUALIDADE CONTINUADA DA GESTÃO DO SUAS E DA OFERTA E PR

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2786	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUAS	GESTÃO DO SUAS MANTIDO	UN	0
2798	PROGRAMA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS	TRABALHADORES CAPACITADOS	%	65
2799	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS	CMAS MANTIDO	CONSELHO	1
2800	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	SISTEMA IMPLANTADO	PROJETO	0

PROGRAMA : 0403 BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO : ATENDER AS FAMÍLIAS REFERENCIADAS NO TERRITÓRIO DOS CRAS, VISANDO FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DA FAMÍLIA, PREVENIR RUPTURA DE VÍNCULOS, ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
769	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS ATENDIDOS	PESSOAS	180
2797	ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR - BPC IDOSO	PESSOAS IDOSAS COM DEPENDÊNCIA ACOMPANHADAS	IDOSO	27
2784	ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR - BPC DEFICIENTES	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ACOMPANHADAS	DEFICIENTE	20
757	AUXÍLIO NATALIDADE	AUXÍLIO NATALIDADE CONCEDIDO	MÃES ATEND	50
761	CESTA BÁSICA	CESTA BÁSICA CONCEDIDA	CESTAS	300
765	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PAIF	FAMÍLIAS ATENDIDAS E ACOMPANHADAS	FAMÍLIA	500
2787	ALUGUEL SOCIAL	ALUGUEL SOCIAL CONCEDIDO	FAMÍLIAS	12
2789	AUXÍLIO FUNERAL	AUXÍLIO FUNERAL CONCEDIDO	PESSOAS	80
2793	PROJETO INTERGERACIONAL DO SCFV	PROJETO IMPLANTADO E MANTIDO	PROJETO	3

PROGRAMA : 0404 BLOCO PROT. SOCIAL ESPECIAL-ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO : ACOLHIMENTO PROVISÓRIO E EXCEPCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, SOB MEDIDA DE PROTEÇÃO DO ECA, E EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, CUJAS FAMÍLIAS E RESPONSÁVEIS ENCONTREM-SE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
778	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CRIANÇAS ACOLHIDAS	CRIANÇA	12

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

PROGRAMA : 0405 BLOCO PROT SOCIAL ESPECIAL-MÉDIA COMPLEXIDADE

OBJETIVO : APOIAR ,ORIENTAR E ACOMPANHAR AS FAMÍLIAS COM UM OU MAIS DE SEUS MEMBROS EM SITUAÇÃO DE AMEAÇA OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
779	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PAEFI	FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS ATENDIDOS/ACOMPANHADOS	PESSOAS	50

PROGRAMA : 0406 BLOCO DA GESTÃO DO PBF E CADÚNICO

OBJETIVO : APOIAR AS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO DOS PROGRAMAS SOCIAS DO MDS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
763	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	PROGRAMA DESCENTRALIZADO	PROGRAMA	2
2802	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PBF/CADÚNICO	CMAS MANTIDO	CONSELHO	1
2803	MANUTENÇÃO DO CADÚNICO	SETOR MANTIDO	SETOR	1

PROGRAMA : 0601 ADMINISTRAÇÃO GERAL CARAPEBUSPREV

OBJETIVO : ORGANIZAR E ADMINISTRAR O INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORE PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CARAPEBUS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
CARAPE	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - CARAPEBUSPREV	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
CARAPE	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - CARAPEBUSPREV	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA : 0602 PLANO DE BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS

OBJETIVO : PLANO DE BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
CARAPE	MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	UN	0

PROGRAMA : 0603 RESERVA PREVIDENCIÁRIA

OBJETIVO : RESERVA PREVIDENCIÁRIA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
CARAPE	RESERVA DO RPPS	RESERVA PREVIDENCIÁRIA	UN	0

PROGRAMA : 0801 ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

OBJETIVO : INCLUIR SOCIALMENTE E PROTEGER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCOS SOCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
85	MANUT. DAS ATIVIDADES DE APOIO À CRIANÇA/ADOLESCENTE	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS	UN	0

PROGRAMA : 0802 SEMINÁRIO ANUAL SOBRE O ECA

OBJETIVO : PROPORCIONAR O DEBATE AMPLIADO ACERCA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME PRECONIZADO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - ECA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2854	SEMINÁRIO ANUAL SOBRE O ECA	SEMINÁRIO REALIZADO	SEMINÁRIO	1

MUNICÍPIO DE CARAPEBUS

LDO 2019
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2019

PROGRAMA : 0803 CAPACITAÇÃO CONTINUADA

OBJETIVO : DESENVOLVER JUNTO AOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, AS COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES ESPECÍFICAS E COMPARTILHADAS REQUERIDAS PARA A MELHORIA E QUALIDADE CONTINUADA DA OFERTA E PROVIMENTO DOS SERV

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2855	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES P/ MELHORIA CONTINUADA	TRABALHADORES CAPACITADOS	SERV(%)	100

PROGRAMA : 0804 CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

OBJETIVO : COMPLEMENTAR O TRABALHO SOCIAL COM A FAMÍLIA, PREVENINDO A OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL E FORTALECENDO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2856	CURSO DE INGLÊS BÁSICO/INTERMEDIÁRIO P/ ADOLESCENTES	ADOLESC. ATENDIDOS C/ CURSO DE INGLÊS BÁSICO/INTER	ADOLESC	30

PROGRAMA : 0805 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

OBJETIVO : MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EDITH FELIZARDO, REALIZANDO A MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2857	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL P/ CRIANÇAS E ADOLESCENTES	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS	EQUIP	0

INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTO INTERNO BRUTO
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – EXERCÍCIO DE 2019

Reproduzimos abaixo, de forma resumida e adaptada, a tabela do *"Produto Interno Bruto"*, captadas nos "Indicadores Econômicos Consolidados", divulgados pelo Banco Central, cuja data de referência é de 28 de março de 2018.

Indicadores Econômicos — 28-mar-2018

I.23 - Produto Interno Bruto

Período	Preços correntes em R$	Em milhões de R$ do último ano	Variação percentual real	Preços correntes em milhões de US$[1/]	População Em mil	*Per capita* Preços correntes R$	Em R$ do último ano	Variação percentual real	Preços correntes em US$[1/]
2013	5 331 619 000 000,00	6 941 312,50	3,0	2 468 456	201 041	26 520,04	34 526,82	2,1	12 278,36
2014	5 778 953 000 000,00	6 976 293,64	0,5	2 454 846	202 783	28 498,23	34 402,78	-0,4	12 105,79
2015	5 995 787 000 000,00	6 728 930,77	-3,5	1 796 168	204 470	29 323,58	32 909,16	-4,3	8 784,51
2016	6 259 227 789 921,02	6 495 927,03	-3,5	1 797 234	206 102	30 369,57	31 518,03	-4,2	8 720,12
2017	6 559 940 259 751,42	6 559 940,26	1,0	2 055 184	207 679	31 586,90	31 586,90	0,2	9 895,96

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central.

Como facilitador de entendimento da tabela, expressamos alguns conceitos para tornar inteligível a leitura do Quadro:

- **PIB** = Produto Interno Bruto é a soma de toda riqueza produzida em uma determinada região. Em seu cálculo é considerado a soma do consumo privado, dos investimentos realizados, dos gastos governamentais, mais o volume de exportações, deduzido do volume de importações.
- **PIB per capita** = É o total da riqueza produzida pela região, dividida pelo número de seus habitantes.
- **Preços Correntes** = Valor considerado na época em que foi produzido. O que podemos chamar de PIB – NOMINAL.
- **Preços do último ano** = É o valor corrigido para época atual ou de referência. Nesses são deduzidos os efeitos da inflação sobre o PIB. O que podemos chamar de PIB – REAL.
- **Variação Percentual:** reside na variação do valor do período de referência em comparação com o imediatamente anterior.

Tendo os sítios oficiais como fonte de dados para produção das informações necessárias ao preenchimento dos anexos afetos a Lei das Diretrizes Orçamentárias, definimos

critérios para apuração de projeções futuras, uma vez que essas não estão disponíveis nesses sítios.

SOBRE CARAPEBUS:

Com base no sítio do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/carapebus/panorama), cujos dados são referentes ao Ano-Base 2017, o Município de Carapebus – RJ contava com uma população em 2010 de 13.359 (treze mil e trezentos e cinqüenta e nove) habitantes, estimada para 2017 em 15.568 (quinze mil e quinhentos e sessenta e oito), distribuídos numa área territorial de 308.130km^2. Possui uma densidade demográfica de 43,36 hab/km^2. O código do município junto ao IBGE 3300936. O PIB per capita registrado para o Município de Carapebus em 2015, divulgado no mesmo sítio, foi de R$ 35.821,41.

QUADRO I:

PIB – PREÇOS CORRENTES –CARAPEBUS– RJ						
Período	Per capita(R$)	População	PIB – MUNICIPAL(R$)	Variação PIB+INFLAÇ	PIB – NACIONAL (R$)	Coeficiente
2015	35.821,41	15008	537.607.721,28	0,0090%+10,67%	5.995.787.000.000,00	0,0090%
2016	38.077,91	15293	582.325.448,27	0,0093%+6,29%	6.259.227.789.921,02	0,0093%
2017	39.204,75	15568	610.339.510,85	0,0093%+2,95%	6.559.940.259.751,42	0,0093%
2018	40.874,60	15730	642.970.093,12	0,0094%+4,5%	6.855.137.571.440,23	0,0094%
2019	42.615,65	15894	677.346.517,02	0,0095%+4,25%	7.163.618.762.155,04	0,0095%
2020	44.324,37	16060	711.832.935,48	0,0095%+4%	7.485.981.606.452,02	0,0095%
2021	46.101,60	16227	748.075.195,34	0,0096%+4%	7.822.850.778.742,36	0,0096%

* Na Projeção do PIB Nacional dos exercícios 2018 a 2021 foram consideradas as metas de inflação divulgadas pelo Banco Central de 4,5%, conforme http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf

* A projeção do PIB Municipal foi calculada com base na variação do PIB Nacional

QUADRO II:

Os valores constantes nos quadros acima serão utilizados como parâmetros para geração dos Anexos afetos à LDO-2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

METODOLOGIA - METAS ANUAIS - LDO 2019

1.1.1 - RECEITAS FISCAIS

RECEITAS FISCAIS	REALIZADA 2016	REALIZADA 2017	PREVISTA 2018	PROJETADA 2019	PROJETADA 2020	PROJETADA 2021
RECEITAS CORRENTES	78.501.259,89	89.929.798,64	99.921.389,84	104.166.597,90	108.341.096,48	112.682.974,86
RECEITAS DE CAPITAL	432.078,46	-	3.603.752,00	3.756.911,47	3.907.187,92	4.063.475,43
DEDUÇÃO FUNDEB	- 8.018.689,80	- 8.701.531,95	- 9.412.124,82	- 9.813.034,26	- 10.206.487,88	- 10.615.727,21
SUBTOTAL 1	**70.914.648,55**	**81.228.266,69**	**94.113.017,02**	**98.110.475,11**	**102.041.796,52**	**106.130.723,08**
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRI	-	-	4.063.905,39	4.236.621,37	4.406.086,22	4.582.329,67
SUBTOTAL 2	-	-	**98.176.922,41**	**102.347.096,48**	**106.447.882,74**	**110.713.052,75**
REND.APLIC.FINANCEIRAS	961.742,96	502.529,67	925.016,45	964.329,64	1.002.902,82	1.043.018,96
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÃO DE CREDITO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	**961.742,96**	**502.529,67**	**925.016,45**	**964.329,64**	**1.002.902,82**	**1.043.018,96**
TOTAL RECEITAS FISCAIS	**69.952.905,59**	**80.725.737,02**	**97.251.905,96**	**97.146.145,47**	**101.038.893,70**	**105.087.704,12**

Para determinação do valor da receita, foram considerados na projeção os efeitos inflacionários estimados em 4,25% p/ o exercício 2019 e 4,00% para os exercícios de 2020 e 2021, conforme meta estipulada pelo Banco Central. Foram considerados também os efeitos do crescimento da economia municipal em 0,095% para os exercícios de 2019 e 2020 e 0,096% para 2021,conforme índices do IBGE, em função de estimativas previstas nas avaliações de mercado.

1.1.2 - DESPESAS FISCAIS

DESPESAS FISCAIS	REALIZADA 2016	REALIZADA 2017	PREVISTA 2018	PROJETADA 2019	PROJETADA 2020	PROJETADA 2021
DESPESAS CORRENTES	71.657.940,58	72.847.464,81	78.867.455,79	87.235.576,88	90.731.902,36	94.368.433,16
(-) JUROS ENC. DÍVIDA	-	-	85.000,00	88.612,50	92.157,00	95.843,28
SUBTOTAL	**71.657.940,58**	**72.847.464,81**	**78.782.455,79**	**87.146.964,38**	**90.639.745,36**	**94.272.589,88**
DESPESAS DE CAPITAL	4.850.947,09	2.610.730,46	10.191.748,90	10.874.898,23	11.309.894,16	11.762.289,92
(-) AMORTIZAÇÃO DÍVIDA	502.222,29	1.288.331,05	940.016,45	977.323,30	1.016.416,23	1.057.072,88
(-) CONC. EMPRESTIMOS	-	-	-	-	-	-
(-) CAPITAL INTEGRALIZADO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	**4.348.724,80**	**1.322.399,41**	**9.251.732,45**	**9.897.574,93**	**10.293.477,93**	**10.705.217,04**
DESPESA INTRAORÇAMENTÁR	-	-	7.393.973,91	7.708.217,80	8.016.546,51	8.337.208,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-		1.723.743,81	1.797.002,92	1.868.883,04	1.943.638,36
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**76.508.887,67**	**75.458.195,27**	**98.176.922,41**	**98.110.475,11**	**102.041.796,52**	**106.130.723,08**
TOTAL DESPESAS FISCAIS	**76.006.665,38**	**74.169.864,22**	**97.151.905,96**	**97.044.539,31**	**100.933.223,29**	**104.977.806,92**
RESULTADO PRIMÁRIO	**- 6.053.759,79**	**6.555.872,80**	**100.000,00**	**101.606,16**	**105.670,41**	**109.897,20**

No valor projetado para despesa total está considerada o reajuste anual dos servidores, bem como melhoria na qualidade de atendimento

e trâmite de informações nas áreas de saúde e educação.

1.2 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA

DISCRIMINAÇÃO	SALDO EM DEZ/2016	SALDO EM DEZ/2017	RESGATE 2018	ATUALIZAÇÃO 2018	SALDO EM DEZ/2018	RESGATE 2019	ATUALIZAÇÃO 2019
DÍVIDA CONSOLIDADA	41.921.988,76	84.821.799,11	940.016,45	-	83.881.782,66	977.323,30	-
DISCRIMINAÇÃO	**SALDO EM DEZ/2019**	**RESGATE 2020**	**ATUALIZAÇÃO 2020**	**SALDO EM DEZ/2020**	**RESGATE 2021**	**ATUALIZAÇÃO 2021**	**SALDO EM DEZ/2021**
DÍVIDA CONSOLIDADA	82.904.459,36	1.016.416,23	-	81.888.043,13	1.057.072,88	-	80.830.970,25

A Projeção da dívida levou em conta a existência de ações judiciais em tramitação, somando-se às mesmas as dívidas já contratadas de parcelamento junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, que no exercício de 2017, foi acrescido ao montante da dívida, o valor de R$ 45.202.434,85.
Sendo assim, a Administração deve cuidar por buscar um resultado nominal que surta em efeitos positivos para redução da Dívida, através de um resultado primário positivo. Tal processo procura evidenciar a busca pelo equilíbrio financeiro, prevista na Lei Complementar 101/00.

1.3 - COMPARATIVO RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA 2016 (A)	REALIZADA 2017 (B)	PREVISTA 2018 (C)	PROJETADA 2019 (D)	PROJETADA 2020 (E)	PROJETADA 2021 (F)
I-DÍVIDA CONSOLIDADA	41.921.988,76	84.821.799,11	83.881.782,66	82.904.459,36	81.888.043,13	80.830.970,25
(-) DISPONIBILIDADE	7.256.047,60	7.787.848,45	8.138.301,63	8.484.179,45	8.823.546,63	9.176.488,49
(-) APLIC. FINANCEIRA	-	-	-	-	-	-
(-) DEMAIS ATIVOS	-	-	-	-	-	-
(+) RESTOS A PAGAR PROC.	17.707.456,20	11.673.855,03	5.836.927,52	6.084.996,93	6.328.396,81	6.581.532,68
II-DÍVIDA CONS. LÍQUIDA	**52.373.397,36**	**88.707.805,69**	**81.580.408,55**	**80.505.276,84**	**79.392.893,31**	**78.236.014,44**
(-) RECEITA PRIVATIZAÇÕES	-	-	-	-	-	-
(-) PASSIVOS RECONHECIDOS	-	-	-	-	-	-
III-DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	**52.373.397,36**	**88.707.805,69**	**81.580.408,55**	**80.505.276,84**	**79.392.893,31**	**78.236.014,44**

O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizado pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3.1 - APURAÇÃO RESULTADO NOMINAL

EXERCICIO 2016	13.743.904,97
EXERCICIO 2017	36.334.408,33
EXERCICIO 2018	39.810.590,75
EXERCICIO 2019	- 1.075.131,71
EXERCICIO 2020	- 1.112.383,53
EXERCICIO 2021	- 1.156.878,87

JOSÉ CARLOS ALEXANDRE ROCHA

IZABELLA DE SOUSA GUSMÃO ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

METODOLOGIA - METAS ANUAIS - LDO 2019

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

CONTADORA - CRC-RJ: 103631/O-2